

REGIME MILITAR DE 1964: IDEOLOGIA A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES

Aloysio Castelo de Carvalho¹

Resumo: Orientados pela Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra, os dirigentes militares organizaram uma rede de serviços secretos que eram conectados aos três ramos das Forças Armadas e atuavam simultaneamente no campo das informações e da segurança. O trabalho com as informações e as operações de segurança representavam os dois tipos de atividades repressivas que não podem ser dissociadas e tinham funções político-ideológicas. Sob hegemonia dos militares do Exército, os dois pilares desse complexo organizatório eram o SISNI, cujo órgão principal era o SNI e o SISSEGIN representado pelos DOI-CODIs. As ações integradas marcaram a trajetória desses órgãos do aparelho repressivo, que visavam eliminar as ameaças internas e garantir o regime militar no poder, de acordo com a agenda formulada para a segurança nacional.

Palavras-chave: Regime militar, ideologia, órgãos de informações.

Abstract: Guided by the National Security Doctrine drawn up by the War College, military leaders organized a network of secret services that were connected to the three branches of the Armed Forces and operated simultaneously in the field of information and security. The work with information and security operations represented the two types of repressive activities that can not be dissociated and had political-ideological functions. Commanded by the Army's military, the two pillars of this organizing complex were SISNI, whose main body was SNI and SISSEGIN represented by DOI-CODI. The integrated actions marked the trajectory of these organs of the repressive apparatus, aimed at eliminating internal threats and guaranteeing the military regime in power, according to the agenda formulated for national security.

Key-words: Military regime, ideology, information agencies.

¹ Professor do Departamento de Economia da UFF.

Regime Militar de 1964: Ideologia a Comunidade de Informações

O regime político que emergiu após o golpe de 1964 apresenta uma característica marcante: o poder de decisão que as Forças Armadas adquiriram e expandiram em relação aos outros atores políticos. Diferentemente das intervenções militares em 1945 e 1954, quando os governos foram depostos e o poder civil restaurado, o golpe em 1964 redefiniu o papel das Forças Armadas, que assumiram a função dirigente e promoveram mudanças nas estruturas do Estado. As Forças Armadas tornaram-se o eixo em torno do qual giravam as opções estratégicas do Estado. A organização militar, pela liderança do Exército, passou a impor sua concepção do Estado Nacional (Coelho; Edmundo, 1976, p.170). A análise dessa nova fase intervencionista requer que enfatizemos o conteúdo doutrinário e ideológico que mobilizou os militares para a conquista e manutenção do poder em 1964. Nessa questão, compartilhamos a posição de que há linhas de continuidade na construção do pensamento militar. Concordamos que há afinidades entre a Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela inteligência da ESG, que orientou ideologicamente a estruturação do regime militar após 1964 e a concepção de defesa nacional idealizada por Góes Monteiro. A defesa nacional, como concebida pelo general, é compreendida como “fator e resultado de uma política de desenvolvimento nacional, que supõe como condição... uma estratégia global de rígida contenção das forças políticas em luta e de disciplina social”. (Coelho, Edmundo; 1976, p.114).

Góes Monteiro foi influenciado pela ideologia militar denominada por José Murilo de Carvalho (1978, p.209) de soldado-corporação, partidário da intervenção moderadora. Esta concepção expandiu-se na Primeira República. Admitia a intervenção na política, desde que comandada pelos generais da cúpula militar e concordava quanto à necessidade de preparação profissional do Exército. A ideologia moderadora tinha um conteúdo conservador e estabilizante, no sentido de controlar os conflitos internos da vida social. A doutrina formulada por Góes Monteiro resgatou esse ideário intervencionista, mas representou uma mudança na consciência política das lideranças militares quanto ao papel das Forças Armadas na sociedade.

A doutrina militar do Estado Novo conferiu ao Exército o papel de sujeito da transformação social, de modo que as questões nacionais ficassem submetidas aos interesses da corporação (Suano; Marcelo, 2002, p.159). Para enfrentar os problemas nacionais relacionados

com a defesa externa e interna, Góes Monteiro defendeu que o Exército deve ser um órgão essencialmente político. Ele acrescentou que “a política do Exército é a preparação para a guerra”² e esta requer a mobilização e a coesão da nação. Incorporada ao conceito de guerra, a política impõe a tarefa de se criar condições econômicas e institucionais para a defesa do país. A política assim como a guerra exigem o envolvimento de todas “as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material... e no campo moral” com a finalidade de educar o povo e formar uma mentalidade voltada para os interesses da Pátria.³

A militarização da sociedade foi a resposta encontrada por Góes Monteiro para a questão da defesa nacional, que demandava o fortalecimento do Exército e, conseqüentemente, do Estado. Suas reflexões se apoiaram no pressuposto de que não pode existir um Exército disciplinado dentro de uma nação indisciplinada. Como decorrência, ele propôs que as forças militares, o Exército e a Marinha, se tornassem forças construtoras e projetassem sobre a nação os seus modelos organizacionais.⁴ A proposição de modelos organizacionais para a nação emergiu no contexto de expansão da influência do pensamento autoritário, no ambiente de questionamento dos princípios políticos liberais, a partir da avaliação de que estes estimulavam as lutas de classes e produziam a anarquia no interior da organização militar.

Góes Monteiro foi o principal representante do pensamento militar nacionalista autoritário que atribuiu ao Estado o papel de garantir a segurança nacional. Boris Fausto (2001, p.64) identificou semelhanças entre o pensamento de Góes Monteiro e as reflexões de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, entre elas, o ataque ao liberalismo, críticas ao federalismo, ênfase no papel do Estado e valorização do tema da unidade no projeto de construção da nação. Entretanto, existiam diferenças em alguns pontos. Enquanto o general admitia a intervenção do Exército na esfera política, os autoritários civis não eram adeptos de soluções militares para crises internas, nem tampouco se dedicaram ao tema do papel das Forças Armadas.

² MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. A revolução de 30 e a finalidade do Exército. Rio de Janeiro. Adersen Editores. Citado por (Coelho, Edmundo; 1976, p.103).

³ Idem. Citado por (Coelho; Edmundo, 1976, p.103).

⁴ Idem. Citado por (Coelho; 1976, p.103).

Expressão da cultura política autoritária, a doutrina militar do Estado Novo já continha as ideias anticomunistas que se enraizariam nas instituições militares. Ela serviu de modelo para a ESG formular a Doutrina de Segurança Nacional que legitimou a intervenção das Forças Armadas em 1964. A concepção de Góes Monteiro sobre a defesa nacional foi reelaborada e adaptada pela ESG, de acordo com o contexto da bipolarização mundial, caracterizada pela disputa de influência entre Estados Unidos e União Soviética. A política de segurança nacional preconizada pela doutrina da ESG tem semelhanças com a conceito de Góes Monteiro sobre a defesa nacional, que associa a dimensão militar da segurança com o processo de desenvolvimento e exige rígido controle dos conflitos sociais do país.

A ideia de segurança nacional não era nova para os dirigentes militares de 1964. Eles tinham conhecimento de que a expressão já aparecera nos discursos militares na década de 30, assim como na linguagem empregada por Góes Monteiro, conforme assinala Nilson Borges (2003, p.20). Cabe observar que, no governo Vargas, a Lei de Segurança Nacional foi aprovada pelo Congresso Nacional alguns meses antes das revoltas comunistas de 1935, que desafiaram as instituições militares e serviram de justificativa para o golpe de 1937 e a instalação do Estado Novo. Após a Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética se desenvolveu a moderna compreensão da noção de segurança nacional. Baseia-se na concepção de guerra permanente e total, envolve todos os setores da sociedade e formas de ação, excluindo qualquer posição de neutralidade. Diz respeito ao fato de que os países reproduzem os conflitos ideológicos entre os blocos antagônicos em disputas estratégicas pela hegemonia mundial. Isso significa que a agressão pode ter uma origem externa, representada pela aliança comunista internacional. Ou pode ocorrer através do inimigo interno, representado pelas forças de contestação aos governos constituídos, identificadas com a ideologia comunista. Os confrontos ideológicos permanentes, acompanhados de ameaças reais de guerra total entre os blocos ocidental e oriental, constituíram os fatores determinantes em torno dos quais foi elaborada a Doutrina de Segurança Nacional da ESG (Borges; 2003, p.24).

O professor Amaral Gurgel (1976, 136), vinculado à ESG, esclarece que a noção de segurança nacional distingue-se da concepção clássica de defesa nacional. A ideia de "Segurança" tem

um caráter mais abrangente que a da "Defesa": "aquela é uma condição ou estado, ao passo que esta será uma ação específica e definida, condicionada pela primeira, ou seja, pela Segurança". Podemos acrescentar, com as ideias de Castello Branco, que "o conceito tradicional de defesa nacional coloca mais ênfase sobre os aspectos militares da segurança e, correlatamente, os problemas de agressão externa". O conceito de segurança nacional é mais amplo pois "compreende a defesa global das instituições, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna". Além disso, realça mais a questão "da agressão interna, corporificada na infiltração e subversão ideológica, até mesmo movimentos de guerrilha, formas hoje mais prováveis de conflito do que a agressão externa".⁵

Do ponto de vista da segurança nacional apresentado pelo presidente Castello Branco, a maior prioridade de um país como o Brasil, em vias de desenvolvimento, deveria recair sobre a questão da agressão interna. De acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, a maior ameaça para o Brasil não tinha origem na possibilidade de uma guerra limitada ou total, mas sim de uma guerra revolucionária. Isso porque "Nos países com estruturas políticas instáveis, os processos indiretos de agressão são mais eficazes, uma vez que potencializam os antagonismos e pressões que se manifestam no âmbito interno"⁶ Deriva desse diagnóstico a formulação da política de segurança interna que tem como campo de ação os conflitos sociais manifestados no país. A estratégia de segurança visa criar condições, por meio do Estado, para a manutenção dos poderes constituídos, da lei e da ordem. Entretanto, para responder a esta finalidade, a segurança interna necessita de uma estrutura de informações composta por órgãos especializados, com a tarefa de identificar os antagonismos e pressões que podem enfraquecer as expressões do "Poder Nacional" e se opor à conquista do "Objetivos Nacionais",⁷ entre eles, o progresso econômico e social.

⁵ Humberto de Alencar Castello Branco. Segurança e Desenvolvimento: Conceito de Segurança Nacional. Aula Inaugural dos Cursos de 1967. Rio de Janeiro, ESG, 13 de março de 1967, pp, 2 e 6. Citado por Carlos Meira Mattos, Brasil: Geopolítica e Destino, Rio de Janeiro, José Olympio 1975, págs. 61 e 62.

⁶ Doutrina Básica. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1979, p.239 e 241.

⁷ As estruturas das informações de segurança no Brasil. Aspectos conjunturais. Luiz Ferreira e Mario Orlando Ribeiro Sampaio. Conferência proferida na ESG, 11 de maio de 1970, p.2.

A Doutrina de Segurança Nacional colocou em evidência os vínculos entre segurança e desenvolvimento (Comblin; Joseph, 1977, p.66). A segurança é considerada um requisito essencial para garantir a execução da estratégia de desenvolvimento. Compreendido como a expansão da capacidade produtiva da economia, o desenvolvimento é o fator determinante para o fortalecimento do Poder Nacional, que são os poderes à disposição do Estado. Cabe ao poder militar do Estado a responsabilidade pela implementação de uma política de segurança, indispensável ao desenvolvimento. As Forças Armadas obtêm maior capacidade de preservar a lei e a ordem quanto mais elevado for o nível de crescimento econômico e o impacto positivo sobre a sociedade. Na aula inaugural da ESG em 1967, o presidente Castello Branco expressou com clareza a relação de "mútua causalidade" entre as políticas de segurança e desenvolvimento: "A inter-relação entre desenvolvimento e a segurança faz com que, por uma lado, o nível de segurança seja condicionado pela taxa e o potencial do crescimento econômico, e, por outro lado, o desenvolvimento econômico não possa se efetuar sem um mínimo de segurança".⁸ Essa linha de interpretação era compartilhada pelo general Meira Mattos (1975, p.104). Ele avaliou que o "imperativo de potência ... é o destino do Brasil" e afirmou que "desenvolvimento é o sustentáculo do sistema" e deve fornecer os meios indispensáveis para o fortalecimento do poder nacional. Uma vez que provoca "interesses contrariados, gera antagonismos e tensões", o desenvolvimento nacional deve ficar abrigado "num sistema de segurança militar baseado na estratégia da dissuasão", de modo que se possa garantir o "processo de crescimento econômico e social"...e consolidar a posição do país diante dos "variados interesses do mercado internacional". Na visão desses dois representantes militares, o desenvolvimento é um assunto de interesse para a segurança nacional e diz respeito diretamente às Forças Armadas. Da perspectiva da doutrina da ESG, a preservação da segurança nacional impõe a "necessidade de participação crescente da organização militar na formulação de políticas substantivas relacionadas ao Desenvolvimento". (Coelho; Edmundo; 1976, p.167).

⁸ Humberto de Alencar Castello Branco. Segurança e Desenvolvimento: Conceito de Segurança Nacional. Aula Inaugural dos Cursos de 1967. Rio de Janeiro, ESG, 13 de março de 1967, pp, 2 e 6. Citado por (Gurgel; Amaral, 1976, p.58).

A Comunidade de Informações

Orientados pela ideologia de Segurança Nacional, os dirigentes militares reorganizaram a forma do Estado após 1964. Uma vez que o princípio da força foi escolhido como o meio privilegiado para se obter a obediência às normas políticas, houve uma reestruturação dos papéis desempenhados pelos órgãos do aparelho repressivo. As Forças Armadas, sob hegemonia do Exército, passaram a desempenhar funções políticas, ideológicas e repressivas. Os militares assumiram a direção do Estado, implementando políticas para reestruturar a economia e a sociedade brasileira. Adotaram um programa de militarização da sociedade, ou seja, projetaram sobre a sociedade os valores e modelos organizacionais próprios das organizações militares. E organizaram uma engrenagem repressiva para dissuadir os opositores do regime político.

Detentoras de informações vitais do Estado, os serviços secretos foram constituídos no Brasil pós-64 por diversos órgãos que exerceram de forma articulada as funções de vigilância e repressão sobre as atividades de contestação ao regime autoritário. Os órgãos de informações e de segurança organizados pelo autoritarismo militar brasileiro ganharam características de polícia política. É verdade que eles não estiveram a serviço de um projeto de domínio total, mas agiram para dar garantia ao regime no poder, desempenhando os papéis repressivos e ideológicos em consonância com agenda formulada para segurança nacional.

A noção de um poder organizado segundo os princípios da não transparência, da não visibilidade, ganha sua exata dimensão quando resgatamos os ensinamentos de Hannah Arendt (1979, p.153) sobre a polícia secreta de Hitler, o mais importante órgão do esquema de dominação nazista. Na interpretação da filósofa, "a única regra segura num Estado totalitário é que, quanto mais visível é uma agência governamental, menos poder detém; e, quanto menos se sabe da existência de uma instituição, mais poderosa ela é". Segundo a autora, "o verdadeiro poder começa onde o segredo começa". Guardadas as devidas diferenças em relação à polícia secreta do Estado totalitário na Alemanha – pela preparação ideológica de seus quadros, pelo domínio ilimitado sobre todos os ramos do aparelho repressivo, inclusive o Exército, e pela brutalidade dos crimes cometidos contra a humanidade –, esse verdadeiro poder no Brasil pós-64 simbolizou, na sua forma, a essência do regime antirrepublicano e autoritário, organizado e comandado pelos militares, sob a hegemonia do Exército.

Entre os diversos órgãos que constituíam o que os militares chamavam de comunidade de informações, se destacava o Serviço Nacional de Informações – SNI, criado poucos meses após o golpe de 1964 e comandado por oficiais gerais do Exército.

Com a função de assessorar o presidente da República, o SNI era o mais importante órgão de informação pelas prerrogativas de que dispunha para vigiar e acompanhar áreas da sociedade civil e do próprio aparelho de Estado, incluindo os serviços de inteligência das Forças Armadas (Stepan, 1986) espalhados pelas diversas regiões do país. Ministérios, órgãos públicos, universidades, empresas estatais e privadas e governos dos Estados e dos municípios eram alvos da vigilância do SNI. No decorrer do governo Médici, o SNI expandiu suas atividades quando foi instituído, em junho de 1970, o Plano Nacional de Informações (Fico; Carlos, 2003, p.177). Em palestra na ESG em agosto de 1970, a equipe do SNI, chefiada pelo coronel do Exército Ênio dos Santos Pinheiro,⁹ explicou que o Plano Nacional de Informações surgiu da “preocupação de preservar a essência da força que criou o SNI como o primeiro ímpeto organizador e disciplinador de 1964”.¹⁰

O Plano Nacional de Informações se tornou a base legal para a criação, no ano de 1970, do Sistema Nacional de Informações (SISNI). Chefiado pelo general Carlos Alberto Fontoura, o SNI era órgão central do SISNI que reunia os órgãos de informações das Forças Armadas: o Centro de Informações do Exército – CIE e o Centro de Operações de Defesa Interna e Destacamento de Operações e Informações - CODI-DOI; o Centro de Informações da Marinha – CENIMAR; o Centro de Informações da Aeronáutica - CISA. Os ministérios civis (Agricultura, Interior, Justiça, por exemplo) também integravam o SISNI. Eles mantinham as DSI’s (divisões de segurança e informações) e as ASI’s (assessoria de segurança de informações). Faziam ainda parte do SISNI as comunidades complementares de informações que incluíam em seu esquema os órgãos de informação estaduais (DOPS,

⁹ O coronel Ênio dos Santos Pinheiro organizou, durante o governo Costa e Silva, a Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), em Brasília, e criou a Escola Nacional de Informações (ESNI), tornando-se seu primeiro diretor. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/enio-dos-santos-pinheiro>

¹⁰ SNI analisa na Escola Superior de Guerra o Plano Nacional de Informações. Jornal do Brasil, 06.ago.1970, p.7.

Serviço Reservado da Polícia Militar-P2), municipais e entidades privadas selecionadas.¹¹ Em palestra na ESG no ano de 1979, o general Antonio da Silva Campos, chefe do CIE de fevereiro de 1976 a outubro de 1977¹², afirmou que o SISNI atuava na atividade de informação e contrainformação nos campos internos e externos, com a finalidade de conter as manifestações da “Guerra Psicológica Adversa”, compreendida como o instrumento principal da guerra revolucionária. Ele considerou o SISNI a condição indispensável para a execução das ações governamentais nas quatro expressões do “Poder Nacional”¹³, isto é, no campo político, econômico, psicossocial e militar.

A contrainformação, de que fala o general Campos, consiste no “conjunto de medidas que tem a finalidade de salvaguardar os segredos nacionais contra as atividades de Informação adversa”¹⁴. As atividades de contrainformação eram realizadas por todos organismos de informações. No trabalho intitulado “A contrainformação” apresentado na ESG, o capitão de Mar e Guerra Francisco Fernandes Quadra afirmou que a “contrainformação é uma atividade que se desenvolve essencialmente no âmbito da segurança interna”. Acrescentou que as “informações relativas à segurança interna são conhecimentos produzidos para apoiar as atividades de contrainformação”, voltadas para “neutralizar as informações dos inimigos internos.” Agente institucional militar que prestou serviços para o DSI do Ministério das Comunicações, durante o governo Geisel, o oficial militar assinalou que, teoricamente, as responsabilidades pelas questões de segurança interna eram do Ministério da Justiça.

¹¹ Comissão Nacional da Verdade. Comissão da Verdade de SP mostra pesquisa sobre a estrutura da repressão, 20.09.2013. <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/339-comissoes-da-verdade-de-sao-paulo-mostra-pesquisa-sobre-estrutura-da-repressao>

Organograma do SISN: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/SISNI3.pdf>

¹² Comissão da Verdade responsabiliza 377 por crimes durante a ditadura.: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/veja-lista-dos-377-apontados-como-responsaveis-por-crimes-na-ditadura.html>

¹³ CAMPOS, Antonio da Silva; FERREIRA, Luiz. Analisar o papel do Sistema Nacional de Informações - SISNI- na formulação da política nacional, no planejamento e na condução da ação governamental em face da guerra psicológica adversa. Conferência apresentada na ESG em 1979, p.6 e 14.

¹⁴ SAMPAIO, Mario Orlando Ribeiro; SAMPAIO, Edgar Cesar. A contrainformação e a contraespionagem: conferencia proferida na ESG em 18 mai o de 1970, p.3.

Em função dos “sérios problemas da...conjuntura interna” do país, explicou o capitão, as Forças Armadas assumiram o papel de destaque no campo da contrainformação. O SNI é citado como um órgão que dedica grande parte de sua atividade à contrainformação.¹⁵, conceito originado do linguajar bélico-militar, como estratégia de guerra psicológica.

Quais são as informações que a ESG definiu doutrinariamente como de segurança? A questão foi respondida pela equipe da Divisão de Assuntos de Informações e Contra-Informações (DAICI), em palestra pronunciada na ESG em abril de 1970. As informações de segurança visam “o esclarecimento do Governo quanto à realidade das situações, à verdade dos fatos e às características e intensidades das manifestações e efeitos das pressões”. Os integrantes da DAICI avaliavam que “um sistema de organizações permanentemente de Informações, adequadamente estruturadas e dotadas de pessoal especializados, constitui um dos instrumentos essenciais para o planejamento e execução da Segurança Interna, no quadro da Segurança Nacional”.¹⁶

As informações obtidas pelos órgãos de inteligência eram destinadas aos centros decisórios com o propósito de capacitar os dirigentes para o planejamento e implementação das políticas de segurança e defesa interna, fatores que, na concepção da ESG, possibilitam os governos promoverem o desenvolvimento nacional. O general Edison Boscacci Guedes, chefe do CIE de outubro de 1977 a março de 1979¹⁷, compreendia o estabelecimento de uma Política Nacional como uma atividade que se desdobra em Política Nacional de Segurança e Política Nacional de Desenvolvimento. A realização dessas políticas exige que se obtenha e se organize as informações na área de segurança, assim como na área de desenvolvimento, conforme indica o relatório apresentado na ESG pelo general no ano de 1980.

¹⁵ Quadra, Francisco Fernandes e outros. A Contrainformação. Conferência realizada na ESG em 23 de maio de 1972, p.21.

¹⁶ Moura, Heitor Pinto de; Chaves, Sebastião Ferreira; Ferreira, Luis; Sampaio, Edgar Cesar; SAMPAIO, Mario Orlando Ribeiro. As informações e a segurança nacional: conferencia proferida na ESG em 9 abr 70, p.10.

¹⁷ Ver Comissão Nacional da Verdade: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/veja-lista-dos-377-apontados-como-responsaveis-por-crimes-na-ditadura.html>

Ele considerava difícil distinguir as informações para as duas áreas, em função da sua interpenetração e porque dizem respeito a todas as expressões do "Poder Nacional". Entretanto, o general definiu que "as informações de segurança são ligadas aos antagonismos e às pressões" com o intuito de responder pelo planejamento, execução ou acompanhamento da Política Nacional de Segurança. As informações de segurança se relacionam a todas as expressões do Poder Nacional. Já as informações para a área de desenvolvimento focam os fatores adversos com a finalidade de atender o planejamento, execução e o acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento. Elas também se ocupam de todas as expressões do Poder Nacional, "com prioridade ou maior interesse na Expressão Econômica". As informações de desenvolvimento encontram-se na forma de "documentos de livre circulação e só raramente classificadas de reservadas". Nesse caso, as fontes principais para obtenção das informações residem no próprio "detentor, com ou sem autorização superior, com a participação normal do seu produtor".¹⁸

Os sistemas de inteligência se deparam com um conjunto de informações que correspondem a uma determinada realidade política, social e econômica. A informação precisa ser tratada tecnicamente para se transformar em inteligência, isto é, "em saber estratégico para o Estado" (Carpentieri; José, 2016, p.92). Vejamos como ocorre o processo de produção da informação, que é objeto de reflexão do artigo intitulado "Doutrina da Informação", publicado pela Revista do Serviço Público¹⁹ em abril de 1963. A autoria é de Josias Argons (1963, p.7), que se tornaria diretor, em 1968, da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça²⁰. O artigo chama a atenção ao abordar o tema da informação do ponto de vista da segurança nacional. O texto apresenta a seguinte citação: "A informação no

¹⁸ GUEDES, Edison Boscacci e outros. Relatório segurança e desenvolvimento na área de informações. Grupo 11. ESG, 1980, p.1 a 4.

¹⁹ Periódico cujo primeiro número foi editado em novembro de 1937 pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil, precursor do Departamento de Administração do Serviço Público - DASP.

²⁰ Em 1968, Josias de Carvalho Argons era diretor da DSI/MJ. Conforme anotado no *PB nº 173/DSI/MJ*, de 18/mar/1968, confidencial. APPR/DOPS, pasta 1551a.187. Citado por (Mansan, Jaime; 2014, p.114).

nível mais alto da Nação deve estar em condições de propiciar à Política de Segurança Nacional o necessário conhecimento para que se ajuste com oportunidade à variação estratégica da Conjuntura". O autor aponta a "ACI - Agência Central de Inteligência" americana como exemplo de instituição que lida com as informações visando a defesa do Estado e se refere à "Comunidade de Informações - em nosso país" como "incipiente", reconhecendo, no entanto, que ela desempenha as "funções com verdadeiro ideal patriótico". Além disso, o texto emprega termos que fazem parte da linguagem militar e são recorrentes na Doutrina de Segurança Nacional, tais como: "Objetivos Nacionais", "Objetivos Nacionais Permanentes", "Objetivos Nacionais Atuais", "Conceito Estratégico Nacional" e "Informação Estratégica". Na concepção do autor, a informação resulta do cotejamento de diversos informes, que designam a descrição de um fato da forma como foi visto. Os informes representam a fase preliminar da informação. Eles constituem os ingredientes ou matéria prima das informações, que possibilitam chegar a uma conclusão sobre um assunto em questão. As informações são classificadas em três modalidades: a descritiva, a corrente e a evolutiva, que demonstram, respectivamente como os fatos ocorreram no passado, como ocorrem no presente e como ocorrerão no futuro. Quanto à natureza das informações, ela deve ser caracterizada de acordo com a sua finalidade. Segundo esse critério, as informações indispensáveis à "Segurança Nacional" são divididas em três categorias. As "Informações Internas" proporcionam ao governo conhecimento do "Poder" que a nação dispõe. As "Informações Externas" dizem respeito aos propósitos das demais nações. As "Informações de Segurança Interna" têm a finalidade de prover conhecimento sobre os antagonismos existentes no território nacional, motivados por questões internas ou interesses externos.

O conteúdo do texto "Doutrina da Informação", publicado quase um ano antes do golpe de 1964, é semelhante ao do Manual de Informações utilizado pelo SNI na época de sua criação²¹. O Manual foi elaborado pela Escola do Estado-Maior. Posteriormente, a Agência Central do SNI elaborou o primeiro Plano Nacional de Informações (PNI), que foi aprovado em junho de 1970. Ao PNI coube a tarefa de definir

²¹ Uma análise do Manual de Informações encontra-se em (Andrade; Fabiana, 2014, p.73).

o órgão responsável pela formulação da Doutrina de Informação brasileira. O estabelecimento de uma doutrina de informações constituiu um dos pilares para a criação da Escola Nacional de Informações (EsNI), fundada em 1971. A doutrina deveria ser utilizada no trabalho com a informação realizado pelos órgãos do SISNI (Andrade, Fabiana; 2014, p.79).

O artigo "Doutrina da Informação" antecipou no tempo uma questão que se tornaria de importância fundamental para a comunidade de informações na década de 70. A necessidade de uma doutrina da informação foi o tema discutido na ESG pelo coronel Mario Orlando Ribeiro Sampaio, que foi chefe da Secretaria do SNI entre 1964 e 1968, ocupou esse mesmo cargo de 1973 a 1975 e se tornou chefe do CIE entre novembro de 1981 e novembro de 1983²². Embora a informação constituísse um componente fundamental para as atividades de segurança interna, não havia uma doutrina correspondente que orientasse o trabalho dos serviços de inteligência. O coronel, em sua palestra em maio de 1970, argumentou que a falta de uma doutrina da informação²³ dificultava a coordenação de uma ação conjunta dos serviços de inteligência. O oficial militar observou que mesmo no interior das Forças Armadas, onde era maior a experiência com o trabalho de informações, cada organismo "faz informação como bem entende e tão somente para atender às suas respectivas necessidades, isto é, para uso interno". A falta de unidade de métodos de trabalho no trato das informações era também sentida pelo SNI e resultava em "confusão e desperdício de esforços". Diante dessas circunstâncias, observa o coronel, foi formulada a proposta de criação de uma "Junta Coordenadora de Informações", considerada uma das questões mais discutidas na época pelos integrantes dos principais órgãos de inteligência. Ela seria organizada na forma de um colegiado, com representantes dos serviços de informações, entre eles: Secretaria Geral do CSN; EMFA; Ministérios Militares; Ministérios das Relações Exteriores; Departamento da Polícia Federal. A chefia caberia ao chefe do SNI.

²² G1 Globo.com: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/veja-lista-dos-377-apontados-como-responsaveis-por-crimes-na-ditadura.html>

²³ O tema foi aprofundado no trabalho do coronel Sebastião Ferreira Chaves, especialista em serviços de inteligência do SNI. Ver: CHAVES, Sebastião Ferreira. Bases para uma doutrina de informações: Conferencia proferida na ESG em 29 out 70.

Duas posições estiveram em debate: a favorável argumentava que a Junta Coordenadora teria existido anteriormente ²⁴, funcionando no Conselho de Segurança Nacional e alcançara resultados bastante satisfatórios. Via na Junta a única solução capaz de executar a coordenação das atividades dos órgãos da comunidade de informações, de modo a evitar a duplicidade de esforços e facilitar as tarefas de cada órgão através de uma delimitação de atividades e responsabilidades, reduzindo o desperdício de recursos, tanto de pessoal e material, como de verbas. A corrente contrária alegava que uma Junta Coordenadora de Informações, tal como proposta, em nível tão elevado, iria interferir diretamente em todos os órgãos de informações no sentido de restringir suas ações. A obrigação de seguir normas e procedimentos prejudicaria os trabalhos dos ministérios a que esses serviços estavam subordinados.²⁵

O documento apresentado pelo coronel Mario Orlando Ribeiro Sampaio na ESG, intitulado "As estruturas das informações de segurança no Brasil", mostra não apenas as disputas no interior do Estado entre os diversos órgãos do aparelho repressivo que lidavam com as informações, campo fundamental na definição das decisões políticas dos dirigentes. Revela também a visão do SNI. Ou melhor, o documento representa a posição do SNI como órgão de cúpula que deveria centralizar e monopolizar as informações de segurança, de acordo com o papel atribuído a ele de "superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades e informação e contrainformação". Na conclusão, o documento defende que "deve sempre haver uma cuidadosa separação entre as atividades dos órgãos de informações e os da política nacional". Ou seja, para não haver suspeitas de interesse, por parte dos órgãos de inteligência, o documento propõe que não houvesse "interferência entre os homens de informações" e aqueles com responsabilidades nas tomadas de decisões políticas. Todavia, era de domínio público que o SNI, pelo lugar que ocupava na hierarquia do Estado, tinha acesso à presidência da República e influenciava diretamente as decisões do Estado.²⁶

²⁴ A Junta Coordenadora de Informações foi criada em 1959 e ficou vinculada ao Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), precursor do SNI.

²⁵ SAMPAIO, Mario Orlando Ribeiro e Ferreira Luiz. As estruturas das informações de segurança no Brasil. Aspectos conjunturais. Conferência proferida na ESG em 11.maio de 1970, p. 20, 21 e 22.

²⁶ Idem, p. 12 e 28.

A fala do coronel Mario Orlando Ribeiro Sampaio expressava as apreensões dos dirigentes favoráveis aos projetos de integração dos serviços de informações. Um mês após a sua palestra na ESG foi instituído o SISNI, reproduzindo no campo das informações o que havia sido feito um ano antes em relação às operações repressivas. A criação da OBAN pelo II Exército (Operação Bandeirantes), em julho de 1969, em São Paulo, representou o primeiro passo para se organizar um modelo de coordenação dos órgãos de segurança. Com o objetivo de promover uma ação conjugada para combater a guerrilha urbana, a OBAN reuniu o "Exército, a Marinha, a Aeronáutica, as polícias militar e civil, amparados pelo governo do Estado e contando com auxílio financeiro de empresários" (Fico; Carlos, 2003, p.184). A busca de fundos privados por parte da OBAN revela um problema vivenciado pelos organismos de segurança. A limitação de recursos financeiros constituía um forte obstáculo ao desenvolvimento e aprimoramento dos processos e das técnicas necessárias para obtenção da informações, indispensáveis para a eficiência das operações. Esse foi um dos pontos abordados pelo coronel Mario Orlando Ribeiro Sampaio em sua palestra na ESG no ano de 1970.

"A informação é um produto caro, não só pelo número de pessoas e quantidade de material especializado que é empregado para obtê-la, como pelas instalações de que necessita. Um serviço organizado de informações necessita de equipamentos de elevado custo, tais como: fotográficos, eletrônicos para gravação, recepção, transmissão e interferências das comunicações, etc., fora outras de caráter específico, para a execução de determinadas operações especiais".²⁷

O CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna - Destacamento de Operações de Informações) foi o órgão que herdou a experiência acumulada pela OBAN. Criado em setembro de 1970, o

²⁷ Idem, p.22.

DOI-CODI²⁸ foi um desdobramento dos êxitos da OBAN na luta contra a esquerda armada. Projeto elaborado pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e encaminhado ao presidente da República, os DOI-CODIs, segundo Carlos Fico (2003, p.185), concretizaram as diretrizes do que se denominou de "Sistema de Segurança Interna". A implementação do Sissegim, segundo o autor, foi meticulosamente planejada e projetou a reorganização desse ramo do aparelho repressivo com a seguinte estrutura. Cada comando militar deveria ter um Conselho de Defesa Interna (Condi), um Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI), que ficavam sob a responsabilidade do comandante do Exército da Área. Cabia ao Condi assessorar os comandantes de cada área militar. Os Codi eram órgãos de planejamento voltados para a defesa interna. Subordinados aos Codi, os DOI eram unidades operacionais, encarregados de executar prisões, investigações e interrogatórios.²⁹ Os DOI-CODI ocuparam o primeiro plano na repressão política direta. Atuando através dos DOI na execução das operações repressivas, o CODI comandava em cada jurisdição territorial todos os "organismos de segurança na área, fossem das Forças Armadas, fossem das polícias estaduais ou da Polícia Federal".³⁰ Além disso, os DOI-CODI agiam articulados com os organismos responsáveis (DOPS e DPF) pela tramitação e formação dos inquéritos que eram enviados para a esfera judicial. Os órgãos elaboravam interrogatórios preliminares que eram remetidos junto com os presos e indiciados ao DOPS (ou DPF), onde os inquéritos era formalizados.³¹

²⁸ "Embora a sequência mais adequada para a sigla, em termos de hierarquia de funções, fosse CODI-DOI, adotou-se a ordem inversa, DOI-CODI, pelo protagonismo do DOI nas atividades de repressão política". Mariana Joffyli. Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI). FGV/CPDOC: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi>

²⁹ Comissão Nacional da Verdade. Relatório, volume I, dezembro de 2014, p. 125. Ver: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo4/Capitulo%204.pdf>

³⁰ Projeto Brasil Nunca Mais.Arquidiocese de São Paulo. O Regime militar. Tomo I, 1985, p.74: http://www.dhnet.org.br/w3/bnm/tomo_iv_as_leis_repressivas.pdf

³¹ Idem.

As informações de segurança interna eram o elemento vital para o funcionamento e manutenção da autonomia dos organismos de segurança. Há uma relação de causalidade recíproca entre a informação e a repressão. As informações possibilitam as operações repressivas que visam a segurança interna. As ações repressivas, por sua vez, revelam novas informações que justificam a existência dos órgãos de segurança. No livro "A Ditadura Escancarada", Elio Gaspari (2002, p.181) mostra que a estrutura do DOI foi concebida "de forma a preencher todas as necessidades da ação repressiva sem depender de outros serviços públicos". O órgão era constituído por quatro seções: investigação, informações e análises, busca e apreensão, e administração. O autor destaca que "dentro do porão" estava a "razão da existência" do DOI, que era a "seção de informações e análise". Esta seção tinha dois ramos:

*Um, de análise, recebia informações, mantinha fichários, estudava interrogatórios e documentos. Cada organização perseguida transformava-se numa pasta onde se colecionavam dados históricos, arrolavam-se as ações por ela praticadas, e atualizavam-se listas de nomes de militantes. A subseção de análise cuidava também de álbuns com fotografias e dados biográficos de cada suspeito. Ela alimentava o coração do DOI: a subseção de interrogatórios...
O chefe da equipe de interrogadores devia ser um oficial qualificado...*

O DOI-CODI foi o representante mais importante da comunidade de segurança no âmbito militar, constituída por diversos de órgãos que tiveram relativa autonomia de ação e diferentes origens: o CENIMAR era subordinado à Marinha e já existia antes de 1964. A partir de decreto presidencial o CENIMAR foi reestruturado em 1971, assim como o CISA da Aeronáutica, patrocinado pelo brigadeiro Burnier (Gaspari, Elio, 2002, p.298), foi reorganizado em 1970. O CIE também se originou a partir de um decreto presidencial. Gaspari (2002, p.273) registra que a ideia do CIE foi proposta por Costa e Silva no governo Castelo, mas o presidente não aceitou. Quando assumiu o governo, o presidente Costa e Silva criou o CIE que ficou diretamente

subordinado ao ministro de Exército. O surgimento do CIE rendeu notícia na imprensa.³² Já as origens da OBAN remontam ao I Seminário de Segurança Interna em Brasília, realizado em fevereiro de 1969. O processo de criação do órgão paulista foi dirigido pelo comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira e contou com a participação do chefe do Estado Maior, general Ernani Ayrosa da Silva (Joffylli; Mariana, 2008, p30). A OBAN caracterizou-se pela inexistência de uma estrutura legal. Gaspari (2002, p.60) assinala que o órgão foi moldado “por meio de uma Diretriz para a Política de Segurança Interna, expedida pela Presidência da República em julho de 1969, que resultou no surgimento de estruturas semelhantes em outros estados”. O ato de fundação da OBAN teve a presença de autoridades civis e militares do Estado de São Paulo e de personalidades do mundo dos negócios. Seu lançamento também repercutiu na imprensa. Inspirado na OBAN, o sistema DOI-CODI criado pelo Exército resultou da Diretriz Presidencial de Segurança Interna³³. O órgão ganhou uma existência legal, provido com dotações orçamentárias regulares³⁴. O lançamento do CODI também transformou-se num evento com ampla repercussão pública. Para apresentar o CODI ao público interno e externo, o comandante do I Exército, general Siseno Sarmento, convocou uma reunião na qual participaram oficiais gerais do Exército, Marinha e Aeronáutica e autoridades dos demais órgãos de segurança, além da imprensa. O encontro se realizou no auditório do I Exército. O general Sarmento declarou que o CODI reunia “integrantes das três Forças Armadas num trabalho integrado, visando o combate à subversão”. Afirmou também que o objetivo era “atualizar o modo de trabalho conjunto, a fim de obter o melhor rendimento dos vários órgãos de segurança da área, procurando melhores resultados nas ligações e operações”.³⁵ O Jornal do Brasil publicou a notícia em primeira página.³⁶

³² Exército tem Centro de Informações. Jornal do Brasil, 04mai1967, p.15.

³³ Comissão Nacional da Verdade. Relatório, volume I, dezembro de 2014, p. 125. Ver: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo4/Capitulo%204.pdf>

³⁴ Projeto Brasil Nunca Mais. História dos Direitos Humanos no Brasil. Tomo IV. As Leis repressivas, p.74: http://www.dhnet.org.br/w3/bnm/tomo_iv_as_leis_repressivas.pdf

³⁵ SISENO preside a instalação do CODI. Jornal do Brasil, 17jan1970, p.4.

³⁶ IGREJA chama subversão à união e paz. Jornal do Brasil, 17jan1970, p.1.

O regime organizou uma rede de serviços secretos com funções híbridas, que eram conectados aos três ramos das Forças Armadas e atuavam simultaneamente no campo das informações e da segurança. O trabalho com as informações e as operações de segurança representavam os dois tipos de atividades repressivas que não podem ser dissociadas e tinham nítidas funções políticas e ideológicas. Esses campos de atuação fizeram parte das práticas dos órgãos do aparato repressivo, como foi o caso do CIE. Era definido como um órgão de informação, mas realizou operações de segurança. O mesmo pode ser pensado em relação ao CENIMAR e ao CISA que pertenciam, na linguagem militar, à comunidade de informações, mas estiveram na linha de frente das ações de repressão. Com base nessas observações seria prudente questionar o papel exercido pelo SNI como um órgão de informações por excelência. O SNI se envolveu nas operações de segurança? O SNI executou ações com um caráter de repressão policial? Os agentes do SNI³⁷ participaram nas operações de segurança, isto é, envolveram-se nos processos de busca que resultavam em prisões e interrogatórios com base em torturas. Os agentes do SNI atuaram de forma articulada com os órgãos de segurança no combate direto aos grupos de esquerda. A estrutura da OBAN em São Paulo ilustra essa observação. O chefe da Agência de São Paulo do Serviço Nacional de Informações fazia parte do Centro de Coordenação da OBAN, que era composto pelos comandantes do II Exército, da 2ª Região Militar, da 2ª Divisão de Infantaria, do 6º Distrito Naval, da 4ª Zona Aérea, além do diretor do Departamento de Ordem Política e Social, do secretário de Segurança Pública de São Paulo e do superintendente da Polícia Federal de São Paulo.³⁸ Essas evidências nos permitem imaginar que

³⁷ Cabe observar que a Escola Nacional de Informações (ESNI), criada em 1971, com a finalidade de formar agentes de informação ministrava um conhecimento de natureza política e policial. Para enfrentar o chamado inimigo interno, os estudantes/agentes recebiam formação acadêmica, preparação ideológica e eram capacitados para efetuar prisões e aplicar técnicas interrogatórios, entre elas, a prática de tortura (Andrade, Fabiana, 2014, p.132).

³⁸ As informações no II Exército e a Operação Bandeirantes. 29/06/1970 (Data de arquivamento pelo DOPS). Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 73, 13139, f. l. 7. Extraído de: (Joffily, Mariana; 2008, p.35).

a inserção do SNI na estrutura de um órgão de segurança, como no caso da OBAN, se repetiu com a criação do sistema DOI-CODI. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, os chefes das agências regionais do SNI faziam parte da composição do Conselho de Defesa Interna³⁹, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Sissegim que deu origem ao DOI-CODI.

Dessa forma, observamos a existência de dois grandes sistemas que atuavam de forma coordenada no campo da informação e da segurança. Os dois pilares desse complexo organizatório, sob hegemonia dos militares do Exército, eram o SISNI, cujo órgão principal era o SNI e o SISSEGIN, representado pelos DOI-CODIs. As ações integradas marcaram a trajetória desses órgãos do aparelho repressivo, que denomino de polícia política. Este conceito engloba o conjunto dos órgãos de informações e de segurança do aparato estatal que realizaram de forma articulada as ações de espionagem e as operações repressivas, com o objetivo político-ideológico de eliminar as ameaças internas e garantir o regime militar no poder, de acordo com a agenda formulada para a segurança nacional.

Os órgãos de segurança contaram com a colaboração do SNI para legitimar o processo de radicalização da repressão (Fico, Carlos, 2004, p.80), representado pela criação do DOI-CODI. Como órgão de informação, o SNI agiu como poder legitimador do trabalho sujo, do qual era parte integrante. Com posição expressiva na alta hierarquia do Estado, produziu um discurso que avalizava as ações de repressão, do mesmo modo como fizeram outras agências, como foi o caso do CENIMAR (Carvalho, 2005). Mesmo no governo Geisel, setores do SNI continuaram a validar as ações dos órgãos de segurança. Gaspari (2003, p.404) registra em seu livro que a assessoria do SNI enviou ao general Figueiredo um documento que contradizia o diagnóstico de Geisel, apresentado em reunião com o Alto-Comando das Forças Armadas, em junho de 1975. Com uma posição reformulada sobre segurança interna, o presidente não acreditava *“que presentemente [se] pudesse imaginar uma subversão interna de natureza generalizada. Absolutamente. O grau que nós atingimos, o grau de repressão a que nós chegamos impede isso”*. Em contrapartida, o

³⁹ Comissão Nacional da Verdade. Relatório, volume I, dezembro de 2014, p. 125. Ver: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo4/Capitulo%204.pdf>

documento do SNI admitia o fim da guerrilha urbana, mas sustentava a hipótese da *“existência de uma estratégia global das esquerdas, destinada a criar um falso clima de tranquilidade interna, desarmando o espírito dos Órgãos de Segurança”*.

No governo Geisel, a contenção do aparelho de repressão tornou-se o tema prioritário da agenda política. A forma como os organismos de segurança executaram suas ações, no período de recrudescimento do autoritarismo, provocou impacto em setores da sociedade e na própria estrutura da autoridade militar. O desgaste das corporações com denúncias de torturas e desaparecimento de presos políticos foi o capítulo mais visível dessa história de violência do Estado. Uma questão de menor transparência diz respeito à erosão da hierarquia militar provocada pela maior autonomia conquistada pelos órgãos de repressão no combate às ações da esquerda armada. A rivalidade e a competição pelas informações, bem como a necessidade de segredo nas operações e de rapidez nas investigações, levavam os organismos a rejeitar a cadeia oficial de comando a qual deveriam submeter-se e prestar contas. Documentos do SNI produzidos no governo Geisel evidenciam que faltava *“coordenação entre os Centros de Informações Militares ou até mesmo entre o CIE e os DOI/Ex”* (Castro; Celso, 2002, p.52). Relatos de Geisel dão conta de que o CIE do Exército sonegava informações ao SNI, dificultando o acompanhamento das operações que deveriam ser comunicadas ao presidente. Criado por Costa e Silva em 1967 à semelhança do que existia na Marinha com o CENIMAR e na Aeronáutica com o CISA, o CIE tornou-se um poderoso órgão do aparelho repressivo. A existência de três órgãos de informação das Forças Armadas com a mesma finalidade, *“um no Exército, um na Marinha e um na Aeronáutica”*, levou a uma superposição, de acordo com Geisel, e abriu *“um processo de descentralização que ia permitir que as ações particulares ou isoladas desenvolvidas por esses órgãos fugissem ao controle da presidência”*. Na visão de Geisel, *“o CIE não deveria ter sido criado”* como *“seria o caso de se acabar com o CENIMAR e o CISA”*, já que *“o serviço de informação do governo era o SNI”* e se este fosse adequadamente organizado resolveria a questão. (D’Araújo e Castro; 1997, p. 217 e 228).

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Fabiana de Oliveira. A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista - UNESP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. São Paulo, 2014.

ARENDR, Hannah. *As Origens do Totalitarismo, o Paroxismo do Poder*. Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1979.

ARGONS, Josias. A Doutrina da Informação. Revista do Serviço Público. Ano XXVI. Abril, Maio, Junho de 1963, Vol.95, No 2.
<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2948/1773>

BORGES, Nilson de. (2003), "A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares". In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (orgs.), *O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 4.

CARPENTIERI, José Rafael. Inteligência e Direito. O caso do Sistema brasileiro de Inteligência. Tese de Doutorado da Universidade Presbiteriana da Mackenzie. São Paulo, 2016.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). Dados, vol.48 no1, Rio de Janeiro Jan/Mar 2005.

CARVALHO, José Murilo de. "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". In: FAUSTO, Boris (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, O Brasil Republicano. 2º Vol. Sociedade e Instituições (1989 – 1930). Difel, Rio de Janeiro – São Paulo, 1978.

CASTRO, Celso. "As Apreciações do SNI". In: CASTRO, C. e D'ARAÚJO, M.C. (orgs.), *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora, 2002.

COELHO, Campos Edmundo. *Em Busca da Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

COMBLIN, Joseph. A ideologia de Segurança Nacional. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1977.

D'ARAÚJO e CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

FAUSTO, Boris. O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940). Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 4, 2003.

FICO, Carlos. "Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda".

_____, Carlos. *Além do Golpe: A Tomada do Poder em 31 de Março de 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro, Record, 2004.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo. Companhia das Letras,, 2002.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

GURGEL, José Alfredo Amaral. Segurança e Democracia. Uma reflexão política. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.

JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975). Tese de Doutorado do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, SP, 2008.

MEIRA, Mattos Carlos de. Brasil: Geopolítica e o destino. Rio de Janeiro, 1975.

SUANO, Marcelo José Ferraz. A Doutrina Góes Monteiro e o pensamento político brasileiro nos anos 30. (O intelectual do partido fardado e a dinâmica das intervenções militares). São Paulo, Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 2002. Tese de Doutorado.

